

Credor aguarda ajuste interno para negociar

Quando externa
José Coury Neto

Todos os acertos em torno da negociação da dívida externa estão na dependência da conclusão do programa de ajuste econômico interno, que deverá estar pronto nos próximos dias. O Governo está revendo a meta para o déficit público deste ano, que deverá cair dos 7,4% do Produto Interno Bruto (PIB) previstos para cerca de 4,5% do PIB, a partir dos cortes previstos. Em 87, o déficit ficou em 5,4% do PIB.

No Ministério da Fazenda, ninguém confirma as pressões atribuídas ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que estaria exigindo do governo brasileiro um déficit público em 2% do PIB, como previa o plano de Controle Macroeconômico elaborado no ano passado pela equipe do ex-ministro Bresser Pereira. O board (a direção) do FMI deverá reunir-se somente em junho para apreciar o programa de ajuste econômico brasileiro que, se for aprovado, servirá para acelerar a assinatura de um acordo com o País.

Após o acordo com o FMI, o Governo brasileiro terá pela frente mais dois importantes passos na dívida externa. Em julho deverão ter início os contatos com representantes do Clube de Paris, e, em seguida, com o governo japonês, que condiciona os empréstimos ao Brasil a um aval do Banco Mundial (Bird). Porém, o Japão deixa claro que este aval não irá assegurar o pagamento dos créditos de US\$ 5,8 bilhões de um provável empréstimo-ponte de US\$ 1,8 bilhão pleiteado pelo Brasil.

Bird

O problema da contrapartida, o não-cumprimento de exigibilidades da parte brasileira e a moratória declarada pelo País (porém suspensa) continuam dificultando o acesso do País às fontes oficiais de crédito. Ainda que o Bird tenha mantido o seu canal aberto ao Brasil, que é o seu maior tomador, o andamento dos projetos ficou mais lento. Além disso, o Governo brasileiro não sabe ainda de onde tirar Cz\$ 90 bilhões,

a complementação exigida pelo Banco Mundial para conceder empréstimos no valor de Cz\$ 900 milhões.

Mesmo que consiga remanejar recursos do Orçamento para isto, o Brasil vai apresentar um balanço negativo com o Bird, pelo segundo ano consecutivo. Pagará US\$ 200 milhões a mais do que o valor que vai receber em financiamentos, em 1988, segundo assessores do ministro Mailson da Nóbrega. Há perspectiva de captação de financiamentos, no exercício de 88, da ordem de US\$ 3 bilhões, junto ao Bird, mas na prática parece inviável que seja alcançado este valor. O Governo não conseguiu sequer assinar um contrato para a concessão de financiamento de US\$ 500 milhões para o setor elétrico, negociado ainda na gestão do ex-ministro João Sayd.

Cronograma

A partir de hoje, o cronograma montado pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, começa a sair da pendência, com a aprovação, pela Constituinte, do regime presidencialista. Porém, enquanto as medidas internas não puderem ser adotadas (o que deverá ocorrer após a votação do mandato presidencial), ficam em suspenso as negociações tanto com o FMI quanto com os bancos credores. Os ministros da área econômica acreditavam, anteriormente, que seria possível alcançar a segunda quinzena deste mês com um conjunto de medidas já colocadas em prática na economia. As dificuldades políticas do governo Sarney, entretanto, frustraram essa expectativa.

O ministro Mailson da Nóbrega estará de volta hoje a Brasília, após ter participado da 29ª Assembléia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Caracas. No dia 15 de abril, depois de suspender a viagem que faria ainda este mês aos Estados Unidos, Europa e Japão, ele irá a Washington, onde participará da reunião anual do comitê interino do FMI. Em seguida, fará uma palestra no Conselho das Américas.